



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO



RELATÓRIO

F 341.4197 (PE)
P452r
1973

BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (PALÁCIO DE JUSTIÇA)



Pernambuco. Tribunal de Justiça
(RB=5090) Relatório 1973

Biblioteca TJP
devolva

TJPE - BIBLIOTECA

Exmos. Srs. Desembargadores:

Ao deixar a presidência desta veneranda Corte de Justiça, guardo a presunção de haver exaurido esforços no sentido de preservar a sua independência, o seu decoro, as suas tradições e a harmonia com os outros poderes, bem como de haver tentado aperfeiçoar os seus serviços, embora me reste a certeza de, assim procedendo, ter despertado a matilha que inconfessáveis interesses pessoais contrariados açularam contra mim.

Naveguei muito tempo na tempestade, como se ouvisse Plutarco, "navegar é preciso e viver não é preciso", mas Deus me concedeu serenidade e firmeza para arrostar as vagas da incompreensão, guiado pela fé na vitória do trabalho consciente e honesto.

Vi a conjuração de pescadores de águas turvas impacientar-se à espreita de escusas vantagens e, na gana da impotência, ousar expedientes que reclamaram a desenvoltura de novos lagos.

Concebidos e urdidos por fâmulos, os embustes visaram atingir a pessoa do Presidente do Tribunal de Justiça, através do escândalo que alguns mercenários, infelizmente ainda militando na imprensa, armariam, mas ao invés do efeito desejado, só conseguiram causar repugnância nos amos.

Côncio das responsabilidades que a honrosa função me impunha, calei, muitas vezes, a justa indignação para evitar que os sentimentos do homem refletissem dúvidas sobre a atuação do Presidente do Tribunal.

Na visão retrospectiva das horas da tormenta, sinto-me, sem falsa modéstia, fortalecido pela honesta convicção de não haver transigido, nem caído na omissão, nem colhido proveitos pessoais, nem obtido créditos de gratidão por favores indevidos, nem instilado ódios estéreis, nem concorrido para desprestígio desta Casa.

Mantive, — assim acredito — a rota a que me destinara por estar prevenido contra as seduções da lisonja, livre do medo de represálias ou da esperança de benefícios e certo de que o exercício da Presidência não é direito individual, mas dever para com a coletividade.

Fica-me, ao final, a grande recompensa de concluir, com a alma leve, a tarefa administrativa, passando às mãos firmes do honrado Des. Aderson Carvalho a direção desta Corte Sesquicentenária, quando parece mais unida em busca dos seus objetivos fundamentais do que em função das conveniências de seus integrantes.

Em suma, as dificuldades, projetando-se em alude, porque não conduziram ao desespero, serviram de acicate para afirmações e realizações que hoje me apraz mencionar.

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E ATUAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.

As construtivas tendências renovadoras deste Tribunal, bem reveladas com a promulgação do Código de Organização Judiciária, mais se consolidaram pelo decisivo apoio do Exmo. Sr. Governador do Estado, Eminente Ministro Eraldo Gueiros Leite, e da Augusta Assembléia Legislativa à mensagem que postulou, entre outras cousas, a criação de 5 (cinco) Varas na Capital, de 15 (quinze) cargos de Juízes Substitutos para o interior, de 32 (trinta e dois) cargos de Escreventes para os Cartórios Criminais, de 46 (quarenta e seis) cargos de Oficial de Justiça, afora serventias de justiça e a restauração das Comarcas de BETÂNIA e de SANTA CRUZ DO CAPIBARIBÉ.

Em verdade o acolhimento à proposta do Judiciário capacitou a 1ª instância para o melhor desempenho de suas atividades.

Por outro lado, as Egrégias Câmaras Conjuntas, pela 1ª vez, estruturaram, racionalmente, os serviços da sua Secretaria, do Conselho de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça, mediante a aprovação do REGULAMENTO que o DECRETO JUDICIÁRIO Nº 01, de 16.11.1973, explicitando as normas da Lei nº 6505, editou.

Modificação na Tabela de substituições dos Juízes corrigiu defeito das anteriores, dando a todos a condição de 1º substituto.

O Regimento Interno do Tribunal sofreu, apenas, uma alteração, ditada pela imperiosa necessidade de impedir que a primitiva redação do seu art. 32 servisse de arrimo para louvaminhas, ou pronunciamentos políticos, incompatíveis com a imparcialidade e a austeridade da instituição. Constituída pelos Desembargadores Augusto Duque, Gabriel Cavalcanti e Pedro Malta, a Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno, longe, porém, de permanecer inativa, adiantou-se no estudo e elaboração das reformas do Regimento Interno que a vigência dos novos Códigos de Processo Civil e Penal vai exigir, embora aguardasse, prudentemente, as modificações que a dilatada VOCATIO LEGIS desses diplomas veio a ensejar.

Boletins de circulação diária das viaturas foram impressos para a fiscalização da seção de Transportes.

Foi instalada festivamente a nova Comarca de Passira e ficaram restauradas as Comarcas de João Alfredo e Orobó sendo inaugurados na 1ª e na 2ª, respectivamente, o Forum Dirceu Borges e o Forum Cunha Barreto.

A Comissão de Jurisprudência, integrada pelos Desembargadores Feliciano Porto, José Ferraz e Nelson Arruda, em razão dos repetidos afastamentos dos seus membros, chegou a preparar, apenas, os originais de um volume do ARQUIVO FORENSE que deveria ter sido distribuído até meados de outubro.

Executada a composição da matéria pela firma Indústria Gráfica do Recife Ltda., vencedora da tomada de preços, obteve, para suprir a deficiência acima apontada, a valiosa colaboração dos Juízes José Lopes de Oliveira, Aloísio de Melo Xavier e Onevaldo Fernandes Maia, desincumbindo-se estes do trabalho de revisão das provas.

Infelizmente, motivo de força maior, consistente no imprevisto desajuste do equipamento eletrônico da Gráfica, inutilizou todo o serviço, cuja renovação acarretou o retardamento na entrega da publicação.

ATUAÇÃO DISCIPLINAR

No zelo de suas responsabilidades, as Egrégias Câmaras Conjuntas decidiram, após procedimentos onde foi assegurada ampla defesa, remover compulsoriamente 3 (três) Juízes de Direito, na forma do art. 113, § 2º, da Constituição Federal e fazer, ao Governador do Estado, indicação, na forma dos arts. 229 a 231 do Cód. de Org. Jud., para efeito de aposentadoria do Juiz de Direito da Comarca de Correntes. Nenhum outro processo da mesma natureza ficou a pender de julgamento, ou em tramitação.

A seu turno, o Conselho de Justiça e a Corregedoria Geral da Justiça, estiveram vigilantes e operosos na correção dos abusos, na fiscalização dos serviços forenses bem como na orientação e nas instruções a Juízes e serventuários, valendo observar o anexo quadro estatístico.

Tornou-se possível persuadir 6 (seis), dos 13 (treze) Juízes encontrados em disponibilidade, ao aproveitamento em comarcas vagas, adotando-se, em relação aos demais a anotação para os fins previstos no art. 443, § único do Cód. de Org. Jud. Pe..

REALIZAÇÕES MATERIAIS

Modernas instalações, ocupando todo o 4º pavimento do Palácio da Justiça, passaram a alojar o Conselho de Justiça (cuja sala de sessões se denominou DES. SANTOS PEREIRA), e a Corregedoria Geral da Justiça. Tais dependências ficaram dotadas de forro de gesso, divisórias de madeira e alumínio, ar condicionado e alcatifa, incluindo, ainda copa com refrigerador, armário, balcão e máquina de café.

A Biblioteca teve a sua área aumentada com a abertura da sala contígua (denominada pelas Câmaras Conjuntas SALA DES. DIRCEU BORGES) que recebeu alcatifa, cortinas, duas mesas entalhadas, oito cadeiras revestidas de couro, balcão móvel e lustre de cristal. Devido à anterior falta de espaço, a compra de livros, no último ano, restringiu-se a 48 obras.

Nesta sala de sessões, foram feitos reparos nos lambris e nos assentos de algumas cadeiras, bem como substituídas as três cortinas de damasco por sete cortinas de veludo, e a antiga alcatifa cedeu lugar a outra de melhor qualidade.

Quatro bases de madeira trabalhada, com mastros e bandeiras do Brasil e de Pernambuco, vieram ornamentar esta sala e a das Câmaras Criminais.

Na Sala dos Desembargadores, foram trocados a gasta alcatifa por outra de melhor qualidade e o inadequado grupo de poltronas modernas por outro de estilo, sendo ainda empalhados os assentos de 4 (quatro) das antigas cadeiras do Tribunal de Relação, recondicionados os seus rodízios, e adquiridos 4 (quatro) cinzeiros de cristal.

Vitrine, em cristal e madeira entalhada, mantendo harmonia com o restante do mobiliário, serve hoje para guardar documentos e peças históricas, no Gabinete da Presidência.

Com a aquisição de novo refrigerador para a Copa da Sala dos Desembargadores, o antigo passou para a Copa dos Funcionários.

A instalação de relógio de ponto eliminou as inconveniências do anacrônico livro de assinaturas dos funcionários.

Nas proximidades da sala de casamentos, onde grande é, sempre, a afluência de pessoas, ficou instalado um bebedouro.

Confiados a oficina especializada, os então imprestáveis condicionadores de ar dos Cartórios de Casamentos voltaram a ter função, assumindo os titulares desses órgãos de Justiça a inteira responsabilidade pela manutenção e reparos dos mesmos.

As calhas de cobre do telhado do Palácio da Justiça mereceram consertos e parcial substituição (60 metros).

Foram adquiridos 18 (dezoito) tapetes de fibra, 1 (um) aspirador de pó e 3 (três) enceradeiras para o serviço de limpeza, 1 (uma) máquina copiadora eletrostática, modelo 258, para o Gabinete da Presidência, 1 (um) condicionador de ar (19.200 BTU) para a Biblioteca e 1 (uma) máquina de calcular FACIT – C 1 – 13, sendo recondicionada a outra que já servia ao Departamento Financeiro.

Novas vestes talares, em “terilene” e confeccionadas de acordo com o modelo tradicional, estão sendo usadas, agora, pelos Desembargadores.

O aumento de 6 (seis) novas viaturas (Opala 4100, de luxo) na frota do Tribunal e a requisição de 10 (dez) motoristas ao Poder Executivo solucionaram o irritante problema dos desencontros nos horários de transporte dos Desembargadores.

De há muito estava ultrapassado o limite de consumo de energia elétrica imposto pela apoucada capacidade dos transformadores de voltagem, dos cabos condutores e das chaves existentes no Edifício do Palácio da Justiça (150 KWA), enquanto a montagem de uma sub-estação interna – providência considerada imprescindível para suprimento das atuais necessidades – excedia longe a dotação orçamentária. Graças, porém, à compreensão do Presidente da CELPE, Dr. Nicodemos Lopes Pereira e à proficiência do Dr. José Rildo Marques de Almeida, técnico e homem público a quem Pernambuco deve assinalados serviços, ganhou o edifício a disponibilidade de 300 KWA.

Resta, agora, substituir os fios da rede interna incumbência a que, decerto, não ficará alheia a nova administração.

Relevo merece, igualmente, a doação feita ao Judiciário pelo Eminentíssimo Governador de Pernambuco, de área localizada à rua Francisco Lisboa nº. 90 – Várzea, com 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), incluindo amplas edificações, para o imediato funcionamento do DEPÓSITO PÚBLICO, prestando-se, outrossim, para a construção da futura Garagem do Tribunal.

O Tribunal distribuiu em fevereiro o vol. nº. LV do ARQUIVO FORENSE (providenciado na gestão anterior) bem como publicou dois opúsculos: ELOGIO DOS TRIBUNAIS OU SAUDAÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Conferência do Prof. Nelson Nogueira Saldanha) e A CADEIRA DO JUIZ (discurso de posse na Presidência, pronunciado em 08.01.72).

COMEMORAÇÕES E INTERCÂMBIO CULTURAL

A programação das comemorações da instalação do Tribunal atendeu, no ano transato, à circunstância de estar aprazada, para a data, a honrosa visita dos Eminentíssimos Ministros, Eloy da Rocha, Djaci Falcão, Rafael de Barros Monteiro e Thompson Flores, respectivamente Presidente do Supremo Tribunal Federal, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

A despeito de imprevistos motivos superiores obstarem a vinda da ilustre comitiva, contaram as festividades com a presença do Governador de Pernambuco, Ministro Eraldo Gueiros Leite, do Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Deputado Nivaldo Machado, do Comandante do Terceiro Distrito Naval, Almirante Mário Rodrigues da Costa, do Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Des. Manoel Brustoloni Martins, do Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Des. Norberto de Miranda Ramos, do Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, Des. Pedro Pinheiro de Melo, do Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Des. Francisco Pondé Sobrinho, do Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, Des. Carlos Alberto de Aguiar Correia, do Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Des. Pedro Januário de Siqueira, do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Des. Helianto Guimarães Camargo, do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Des. Sílvio Cardoso Rolim, dos Desembargadores Bonorino Butelli (R. G. S.), Young Costa Manso (S. P.) e Ruy Lucena (R. G. N.), sendo que ao jantar de encerramento, realizado no SALÃO NOBRE DO CLUBE INTERNACIONAL, compareceram, dentre outras destacadas personalidades, o Procurador Geral da República, Prof. José Carlos Moreira Alves e o General Carlos Alberto Cabral Ribeiro, Comandante da 7ª. Região Militar.

Na sessão solene das Câmaras Conjuntas, de 13 de agosto de 1973 — o Des. Augusto Duque fez a apresentação da plaqueta O TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE PERNAMBUCO (trabalho do saudoso Prof. Jordão Emerenciano, editado pelo Tribunal) e saudou o Prof. Nelson Nogueira Saldanha que, a seguir, pronunciou conferência.

Foi celebrada às 10 horas do mesmo dia, missa de ação de graças na Igreja dos Montes Guararapes, assistida pelos Desembargadores, pelos visitantes, por Juízes, membros do Ministério Público, advogados, serventuários e convidados.

O "Clube dos Diretores Lojistas", "o Rotary Clube Boa Vista" e o "Lions Recife Centro" também evocaram a data da instalação do Tribunal da Relação, através de oradores do porte dos Professores Sileno Ribeiro e Isaac Pereira.

Convocado pelo então Presidente do S. T. F., Min. Aliomar Baleeiro, representei este Tribunal na posse dos Ministros Eloy da Rocha e Djaci Alves Falcão como dirigentes daquela Magna Corte.

Participei, em maio, das solenidades alusivas ao sesquicentenário do Poder Legislativo, promovidas em Brasília pelo Presidente do Senado Federal e pelo Presidente da Câmara de Deputados, sendo apresentado com o medalhão de prata comemorativa ao fato.

O Tribunal de Justiça, distinguido por nobre solicitação do Governador César Cals, visitou, oficialmente, o progressista Estado do Ceará, em 22 de março, recebendo, daquele insigne Governador e de seu ilustre Secretário, Dr. Edival de Melo Távora, bem como dos magistrados cearenses, à frente do ínclito Des. Pedro Pereira de Melo, significativas homenagens, realçadas pela fidalga e fraternal hospitalidade.

Representei o Tribunal em quase todas as solenidades cívicas, de âmbito federal, estadual ou municipal, ocorridas durante o ano transato, vindo a ser generosamente agraciado com o medalhão e o diploma alusivos ao sesquicentenário de SANTOS DUMONT.

Oficialmente convidado pelos magistrados gauchos, participei do III ENCONTRO NACIONAL DE TRIBUNAIS DE ALÇADA, em Porto Alegre, nos dias 05 a 09 de novembro, colhendo ensinamentos na experiência, que o funcionamento dessas Cortes nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Guanabara, Paraná, Minas Gerais e Estado do Rio já sedimentou.

Instado pelo Des. Simeão Cananéa, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, para representar esta Corte no Encontro de Magistrados promovido em João Pessoa pronunciei, no dia 10. de

dezembro conferência sobre o tema PERSPECTIVAS DO PODER JUDICIÁRIO.

Aquiescendo na indicação ditada pela impossibilidade de afastar-me do Recife àquelas datas — o Desembargador Geraldo Campos e o Desembargador Feliciano Porto estiveram presentes respectivamente, aos Encontros de Magistrados realizados no Piauí e no Espírito Santo, sendo que o primeiro ainda representou a Magistratura Pernambucana, na Guanabara.

Reconheceu o Tribunal uma dívida de gratidão ao homenagear, em sessão das Câmaras Conjuntas, o Eminentíssimo Des. Natanael Marinho, que foi saudado pelo Des. Pedro Malta e recebeu, na ocasião oferendas dos seus antigos pares e da Associação dos Magistrados de Pernambuco.

RELACIONAMENTO COM OS OUTROS PODERES E DEMAIS AUTORIDADES

A despeito de iniciais incompreensões, tornou-se fatível, em Pernambuco, o perfeito equilíbrio nas relações dos 3 Poderes, estabelecendo-se clima de harmonia e independência sob a elevada preocupação de servir ao interesse público; haja vista o apoio dado pelo Governador Eraldo Gueiros Leite e pela Augusta Assembléia Legislativa à mensagem de complementação da Organização Judiciária. As pequenas mutilações da proposta primitiva, explicando-se pela exiguidade de tempo destinado à elaboração legislativa, ficarão, decerto, compensadas no próximo ano.

Visitando, no período de um ano, três vezes o Tribunal de Justiça e doando prédio para o Depósito Público, o Governador realçou o seu apreço ao Judiciário, tantas vezes aqui proclamado pelo Eminentíssimo Procurador Geral da Justiça, Dr. Fernando Augusto Mendonça. A seu turno, o Secretário de Interior e Justiça, Dr. José Paes de Andrade não ficou insensível a essa orientação governamental, e se mostra empenhado em continuar a dotar as comarcas do interior de residências para Juizes e Promotores, bem como de Foruns.

À seriedade de propósitos e ao alto descortino do ilustre Prof. Arnaldo Barbalho, digno e eficiente Secretário da Coordenação, deve a administração da Justiça muitas de suas realizações no ano findo. Injusto seria não referir, ademais, a colaboração do Dr. Jarbas de Vasconcelos Reis Pereira, digno Secretário da Fazenda e o apoio prestado pela valorosa Polícia Militar de Pernambuco, através de seus Comandantes Vilarinho Neto e Noaldo Alves.

A todos os atuais integrantes da Assembléia Legislativa e, particularmente, aos seus Presidentes, Deputados Ênio Pessoa Guerra e Nivaldo Machado expresse o meu reconhecimento.

As Forças Armadas, representadas pelos Exmos. Srs. General Walter Menezes Paes, Vice-Almirante Gualter Magalhães, Almirante Mário Rodrigues da Costa, Brigadeiro Joléo da Veiga Cabral, Brigadeiro Paulo Abreu Coutinho, General Everaldo José da Silva, General Carlos Alberto Cabral Ribeiro, Cel. José Roberto Lucas Potier e Cel. Nelson Pinheiro de Carvalho distinguiram o Tribunal com as melhores atenções.

JUIZES E FUNCIONÁRIOS

De uma maneira geral, os Juizes, Membros do Ministério Público e serventuários prestigiaram, com dedicação ao trabalho, a orientação do Tribunal.

No tocante à Secretaria, contei com a lealdade, a austeridade e o zelo do Dr. Lucilo Cavalcanti Neves, coadjuvado pela eficiente atuação dos Diretores de Departamentos, Ivanildo Fontoura de Oliveira, Antônio Oliveira, Tertuliano Feitoza, Nilce César dos Santos, Dione Torres de Moraes Vasconcelos Esteves e Gaiber Cordeiro Pires.

O Secretário do Conselho de Justiça, Bel. José Alves de Queiroz, reafirmou a sua reputação de

funcionário modelar e o Sr. Joel Vieira de Almeida desempenhou a contento a complexa função de Administrador do Prédio, executando, ainda, tarefas que incumbiam a outros.

Destaco, como inexecdível, a colaboração do Chefe de Gabinete, Dr. Rinaldo Mota, na solução dos problemas administrativos e, particularmente no setor de relações públicas.

Registro, finalmente, a prestimosa ajuda de Gilda Vinhas, Maria Iracy Lapa Mota e Jaime de Albuquerque Queiroz, no Gabinete da Presidência.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

O pequeno espaço de tempo, que medeou, entre o recebimento dos relatórios dos Juízes e a elaboração deste, tornou impossível a inclusão da estatística da 1ª. instância, devendo o respectivo mapa ser publicado, logo a seguir, no DIÁRIO DA JUSTIÇA.

ANEXOS dão conta do movimento dos órgãos do Tribunal de Justiça.

127 Recursos Extraordinários foram despachados (2 deles pelo Vice-Presidente em razão de impedimento do Presidente).

CONCLUSÃO

Ao término deste mandato, estou cumprindo o disposto no art. 25, inciso XXX do Cód. de Organização Judiciária, com redobrada confiança na irreversibilidade das diretrizes adotadas por este Venerando Tribunal em 28 de dezembro de 1970, porque encaro o redimensionamento das atividades do Judiciário, através da reforma da estrutura de seus serviços, como inarredável imposição da escalada que o Brasil está vitoriosamente empreendendo.

— PRESIDENTE —

a) Des. João Batista Guerra Barretto.

Section 1. The purpose of this Act is to provide for the better regulation of the business of the State of New York.

Section 2. The Commission on the Study of the Business of the State of New York is hereby created.

Section 3. The Commission on the Study of the Business of the State of New York shall have the honor to report to the Governor and the Senate.

ARTICLE II

Section 4. The Commission on the Study of the Business of the State of New York shall be composed of the following members:

Section 5. The Commission on the Study of the Business of the State of New York shall hold its first meeting on the first day of January next.

Section 6. The Commission on the Study of the Business of the State of New York shall have the honor to report to the Governor and the Senate.

ARTICLE III

Section 7. The Commission on the Study of the Business of the State of New York shall have the honor to report to the Governor and the Senate.

Section 8. The Commission on the Study of the Business of the State of New York shall have the honor to report to the Governor and the Senate.

Section 9. The Commission on the Study of the Business of the State of New York shall have the honor to report to the Governor and the Senate.

Section 10. The Commission on the Study of the Business of the State of New York shall have the honor to report to the Governor and the Senate.

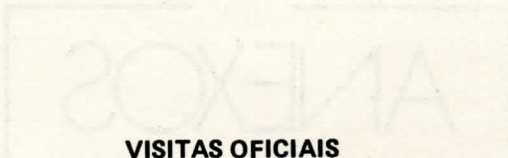
Section 11. The Commission on the Study of the Business of the State of New York shall have the honor to report to the Governor and the Senate.

Section 12. The Commission on the Study of the Business of the State of New York shall have the honor to report to the Governor and the Senate.

TJPE - BIBLIOTECA



ANEXOS



VISITAS OFICIAIS

Dr. Wandenkolk Wanderley, Presidente da Câmara de Vereadores do Recife; Barão Paternotte de La Vaillee, Embaixador da Bélgica; Cel. Moacyr Guedes Alcoforado, Presidente do SCGI; Deputados Ênio Guerra, Edgar Moury, Audomar Ferraz e José Lócio; Dr. Armando Monteiro Filho; Sr. Pavel Bojar, Embaixador da Tcheco Eslováquia; Sr. Edmond Kayat, Embaixador do Líbano; Sr. Shigeru Nakamura, Embaixador do Japão; Pe. Alberto Reis, Capelão Chefe do Exército; Marechal Juarez Távora; Ministro César Silva, do Superior Tribunal Eleitoral; Des. Ary Florêncio, do Estado do Paraná; Dr. Augusto Lucena, Prefeito do Município do Recife, acompanhado dos Secretários Gaspar Regueira e Urbano Vitalino Filho; Sr. Severino Claudino da Silva, Prefeito de Jaboatão; Sr. Hohn Walter Drake, Advogado americano; Sr. Printh Singh, Embaixador da Índia; Mons. Ferreira Lima; Des. Simeão Cananéa, Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba; Sr. John Criminis, Embaixador dos Estados Unidos; Sr. Derek Dodson, Embaixador da Grã-Bretanha; Des. Raimundo Macedo, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal; Prof. Clélio Lemos, Secretário da Indústria e Comércio; Dr. José Paes de Andrade, Secretário de Interior e Justiça; Dr. João Pessoa de Souza, Secretário da Agricultura.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Foram datilografados:

- 127 Despachos em Recursos Extraordinários.
- 2 Informações em Mandados de Segurança.
- 269 Pareceres Administrativos.
- 4 Informações de habeas corpus.
- 215 Ofícios, afora telegramas, cartões e convites.

CONSELHO DE JUSTIÇA

Integrado pelo Presidente e pelos Exmos. Srs. Desembargadores Aderson Antão de Carvalho, José Pessoa de Oliveira Cavalcanti, José Ferraz Ribeiro do Valle e Geraldo Magela Dantas Campos — o Conselho de Justiça reuniu-se em 104 (cento e quatro) sessões julgando 327 (trezentos e vinte e sete) feitos.

Ofícios recebidos.....	227
Ofícios expedidos.....	480
Telegramas recebidos.....	454
Telegramas expedidos.....	004
Editais publicados	029

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

✓ Des. João Batista Guerra Barretto — Presidente
✓ Des. Aderson Antão de Carvalho — Vice-Presidente
✓ Des. Augusto de Souza Duque
✓ Des. Cláudio de Moraes Vasconcelos
✓ Des. José Ferraz Ribeiro do Valle
✓ Des. José Feliciano da Silva Porto
✓ Des. José Antônio de Souza Ferraz
✓ Des. Pedro Martiniano Lins
✓ Des. Nelson Pereira de Arruda
✓ Des. José Pessoa de Oliveira Cavalcanti — Corregedor Geral
✓ Des. Otílio Neiva Coelho
✓ Des. Geraldo Magela Dantas Campos
✓ Des. Agamenon Duarte Lima
✓ Des. Pedro Ribeiro Malta
✓ Des. Gabriel Lucena Cavalcanti

BIBLIOTECA

a) Aquisição por compra:

Livros.....	48
Periódicos.....	80

b) Aquisição por doações

228

c) Acervo.....

8.746 Volumes

d) Empréstimos de livros

997

Consultas feitas

9.000

DEPARTAMENTO DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES

I — Divisão de Publicações

Processos recebidos	1.799
Datilografados.....	1.738
Livro de Registro de Acórdãos	54

II — Divisão de Jurisprudência

Ementas publicadas	446
--------------------------	-----

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Dotação orçamentária	Cr\$ 22.821.700,00
Despesas realizadas	Cr\$ 22.623.580,52
Saldo da dotação	Cr\$ 198.119,48

ESTATÍSTICA DE FEITOS

a) Feitos que deram entrada durante o ano de 1973.

- 18 – Ações Rescisórias
- 89 – Agravos de Despacho de Denegação de Recurso Extraordinário
- 62 – Agravos de Instrumento
- 8 – Agravos Regimentais
- 104 – Agravos de Petição
- 398 – Apelações Cíveis
- 385 – Apelações Crime
- 1 – Carta Precatória
- 1 – Carta Testemunhaável
- 6 – Conflitos de Jurisdição
- 2 – Denúncias
- 15 – Desaforamentos
- 270 – Desquites Amigáveis
- 1 – Exceção de Incompetência
- 173 – Habeas Corpus
- 67 – Mandados de Segurança
- 2 – Pedidos de Verificação da Cessação de Periculosidade
- 5 – Pedidos de Correição Parcial
- 1 – Queixa Crime
- 132 – Recursos Extraordinários
- 7 – Recursos Ordinários
- 7 – Recursos de Concessão de Mandado de Segurança e Agravo de Petição
- 12 – Recursos de Concessão de Mandado de Segurança
- 3 – Recursos do Conselho de Justiça
- 145 – Recursos Crime Diversos
- 12 – Recursos de Revista
- 11 – Recursos Ex-Officio
- 9 – Recursos Ex-Officios e Agravo de Petição
- 167 – Revisões Criminais

2.013 – TOTAL

b) Feitos julgados pelas Câmaras Conjuntas

Des. Guerra Barreto.....	252 – Administrativos	(252)
	7 – Agravos Regimentais	(7)
Des. Augusto Duque.....	4 – Mandados de Segurança	
	2 – Embargos ao Acórdão	(6)
Des. Cláudio Vasconcelos.....	3 – Mandados de Segurança	
	1 – Embargos ao Acórdão	(4)

Des. Ribeiro do Valle	2	— Mandados de Segurança	
	2	— Embargos ao Acórdão	(4)
Des. Feliciano Pôrto	7	— Mandados de Segurança	
	1	— Recurso O. do Conselho	
	3	— Embargos ao Acórdão	
	1	— Recurso de Concessão	(12)
Des. Pedro Martiniano	2	— Embargos ao Acórdão	
	3	— Mandados de Segurança	(5)
Des. José Ferraz	1	— Recurso O. do Conselho	
	3	— Mandados de Segurança	
	1	— Embargos ao Acórdão	(5)
Des. Aderson Carvalho	1	— Administrativo	
	2	— Embargos ao Acórdão	
	4	— Mandados de Segurança	(6)
Des. Nelson Arruda	4	— Embargos ao Acórdão	
	2	— Recursos O. do Conselho	
	5	— Mandados de Segurança	(11)
Des. José Pessoa	1	— Embargo ao Acórdão	(1)
Des. Otílio Neiva	2	— Embargos ao Acórdão	
	4	— Mandados de Segurança	(6)
Des. Geraldo Campos	3	— Mandados de Segurança	
	3	— Embargos ao Acórdão	(6)
Des. Duarte Lima	4	— Mandados de Segurança	
	1	— Embargos ao Acórdão	(5)
Des. Pedro Malta	1	— Embargos de Declaração	
	2	— Embargos ao Acórdão	
	5	— Mandados de Segurança	
	1	— Recurso do Conselho	(9)
Des. Gabriel Lucena	3	— Mandados de Segurança	
	2	— Embargos ao Acórdão	(5)
Juiz Rosa e Silva	1	— Embargos ao Acórdão	(1)
Juiz Souza Leão	2	— Mandados de Segurança	(2)
Juiz Rodrigues dos Santos	1	— Embargos ao Acórdão	(1)
Juiz Jeová Vanderlei	4	— Mandados de Segurança	
	1	— Queixa Crime	(5)
Juiz Aloísio Xavier	1	— Mandado de Segurança	
	2	— Embargos ao Acórdão	(3)

Juiz Mauro Jordão.....	1	— Mandado de Segurança	(1)
Juiz Clemenceau Dutra.....	1	— Embargos ao Acórdão	(1)
Juiz Clodoaldo Oliveira	1	— Embargos ao Acórdão	(1)
Juiz João David.....	1	— Mandado de Segurança	(1)
Juiz Lopes Oliveira	1	— Embargos ao Acórdão	
	1	— Mandado de Segurança	(2)
Juiz Onevaldo Maia	1	— Embargos ao Acórdão	(1)
SUB TOTAL		111	
ADMINISTRATIVOS		253	
TOTAL GERAL.....		364	
SESSÕES REALIZADAS:.....		47	
Ordinárias.....		46	
Extraordinárias.....		1	

RESUMO

AGRAVO REGIMENTAL	7
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1
EMBARGOS AO ACÓRDÃO.....	37
MANDADO DE SEGURANÇA.....	59
QUEIXA CRIME.....	1
RECURSO DO CONSELHO DE JUSTIÇA.....	5
RECURSO DE CONCESSÃO.....	1
SUB TOTAL	111
ADMINISTRATIVOS	253
TOTAL	364

c) Feitos julgados pela 1ª. Câmara Cível

Des. Cláudio Vasconcelos.....	1	— Conflito de Jurisdição	
	11	— Agravos de Petição	
	4	— Agravos de Instrumento	
	4	— Recursos de Concessão	
	3	— Recursos Ex-Officios	
	1	— Embargos Declaratórios	
	43	— Apelações Cíveis	
	28	— Desquites Amigáveis	(95)
Des. Ribeiro do Valle	4	— Apelações Cíveis	
	1	— Embargos Declaratórios	(5)
Des. Pedro Martiniano	5	— Agravos de Petição	
	5	— Agravos de Instrumento	
	18	— Apelações Cíveis	
	21	— Desquites Amigáveis	
	1	— Recurso de Concessão	(50)

Des. Pedro Malta	6	– Agravos de Petição	
	2	– Agravos de Instrumento	
	1	– Recurso de Concessão	
	3	– Embargos Declaratórios	
	1	– Conflito de Jurisdição	
	32	– Apelações Cíveis	
	20	– Desquites Amigáveis	(65)
Juiz Rosa e Silva.....	1	– Embargos Declaratórios	
	3	– Apelações Cíveis	
	6	– Desquites Amigáveis	(10)
Juiz Aloísio Xavier	1	– Embargos Declaratórios	
	22	– Apelações Cíveis	
	20	– Desquites Amigáveis	
	1	– Recurso Ex-Officio	
	1	– Recurso de Concessão	
	4	– Agravos de Instrumento	
	5	– Agravos de Petição	(54)
Juiz Carlos Alberto Marinho.....	2	– Agravos de Petição	
	1	– Agravo de Instrumento	
	10	– Apelações Cíveis	
	5	– Desquites Amigáveis	(18)
Juiz Clemenceau Dutra.....	2	– Apelações Cíveis	
	1	– Desquite Amigável	(3)
Juiz Itamar Pereira	3	– Agravos de Petição	
	4	– Agravos de Instrumento	
	1	– Embargos declaratório	
	9	– Apelações Cíveis	
	6	– Desquites Amigáveis	
	2	– Recursos Ex-Officio	(25)
Juiz Lopes de Oliveira	3	– Agravos de Petição	
	1	– Agravo de Instrumento	
	3	– Apelações Cíveis	
	2	– Desquites Amigáveis	(9)
Juiz Mauro Jordão.....	3	– Agravos de Petição	
	6	– Apelações Cíveis	
	8	– Desquites Amigáveis	(17)
Número de Sessões Realizadas.....	46		
Feitos.....	351		

d) Feitos julgados pela 2ª. Câmara Cível

Des. Guerra Barreto.....	1	– Agravo de Petição	
	1	– Agravo de Instrumento	
	2	– Apelações Cíveis	

	4	– Desquites Amigáveis	
	2	– Embargos de Declaração	(10)
Des. Feliciano Pôrto	7	– Agravos de Petição	
	8	– Agravos de Instrumento	
	35	– Apelações Cíveis	
	30	– Desquites Amigáveis	
	1	– Embargos Declaratório	
	6	– Recursos de Concessão	
	2	– Recursos Ex-Officio	
	1	– Conflito de Jurisdição	(90)
Des. Aderson Carvalho	8	– Agravos de Petição	
	6	– Agravos de Instrumento	
	2	– Recursos de Concessão	
	3	– Recursos Ex-Officio	
	1	– Conflito de Jurisdição	
	2	– Embargos Declaratórios	
	39	– Apelações Cíveis	
	31	– Desquites Amigáveis	
	1	– Pedido de Correição	(93)
Juiz João David	2	– Agravos de Petição	
	1	– Agravo de Instrumento	
	1	– Recurso Ex-Officio	
	1	– Pedido de Correição	
	8	– Apelações Cíveis	
	6	– Desquites Amigáveis	
	1	– Embargos Declaratório	(20)
Juiz Rosa e Silva.....	2	– Apelações Cíveis	
	1	– Desquite Amigável	(3)
Juiz Souza Ribeiro	1	– Desquite Amigável	(1)
Juiz Souza Dantas	1	– Agravo de Instrumento	
	1	– Recurso de Concessão	
	5	– Apelações Cíveis	
	6	– Desquites Amigáveis	
	1	– Pedido de Correição	(14)
Juiz Lopes de Oliveira	1	– Agravo de Petição	(1)
Sessões Realizadas	38		
Feitos	232		
e) Feitos julgados pela 3ª. Câmara Cível			
Des. José Ferraz	26	– Apelações Cíveis	
	2	– Conflitos de Jurisdição	
	7	– Agravos de Petição	
	2	– Recursos de Concessão	
	32	– Desquites Amigáveis	

	3	– Agravos de Instrumento	(72)
Des. Pedro Martiniano	1	– Conflito de Jurisdição	
	5	– Apelações Cíveis	
	1	– Embargos Declaratórios	(7)
Des. Ribeiro do Valle	2	– Agravos de Instrumento	
	7	– Agravos de Petição	
	1	– Recurso de Concessão	
	1	– Pedido de Correição	
	21	– Apelações Cíveis	
	27	– Desquites Amigáveis	(59)
Juiz Clodoaldo Oliveira	1	– Apelação Cível	(1)
Juiz Jeová Vanderlei	8	– Agravos de Petição	
	6	– Agravos de Instrumento	
	2	– Recursos de Concessão	
	2	– Recursos Ex-Officio	
	37	– Apelações Cíveis	
	30	– Desquites Amigáveis	
	1	– Conflito de Jurisdição	(86)
Juiz Rosa e Silva	1	– Apelação Cível	
	1	– Embargos Declaratórios	(2)
Juiz Mauro Jordão	3	– Agravos de Petição	
	3	– Agravos de Instrumento	
	1	– Recurso Ex-Officio	
	1	– Embargos declaratório	
	11	– Apelações Cíveis	
	3	– Desquites Amigáveis	(22)
Juiz Lopes de Oliveira	2	– Apelações Cíveis	
	2	– Desquites Amigáveis	(4)
Juiz João David	4	– Agravos de Petição	
	7	– Desquites Amigáveis	
	13	– Apelações Cíveis	
	2	– Recurso de Concessão	
	1	– Recurso Ex-Officio	
	1	– Agravo de Instrumento	(28)
Juiz Aloísio Xavier	2	– Desquites Amigáveis	(2)
Juiz Souza Dantas	1	– Agravo de Instrumento	
	5	– Apelações Cíveis	
	2	– Desquites Amigáveis	(8)
Sessões Realizadas	42		
Total	291		

f) Feitos julgados pelas Câmaras Cíveis Reunidas

Des. Claudio Vasconcelos	2	— Ações Rescisórias	
	1	— Agravo Regimental	(3)
Des. Ribeiro do Valle	1	— Ação Rescisória	(1)
Des. Feliciano Pôrto	2	— Ações Rescisórias	(2)
Des. Aderson Carvalho	2	— Ações Rescisórias	
	1	— Recurso de Revista	(3)
Des. Pedro Malta	1	— Ação Rescisória	(1)
Juiz Jeová Vanderlei	2	— Recurso de Revista	
	1	— Ação Rescisória	(3)
Total	13		
Sessões Realizadas	9		

g) Feitos julgados pela 1ª. Câmara Criminal

Des. Nelson Arruda	52	— Apelações Crime	
	1	— Carta Testemunhável	
	4	— Desaforamentos	
	5	— Rec. Crime de Habeas-Corpus	
	1	— Rec. Crime c/Afastamento	
		Cargo Prefeito	
	12	— Recursos Crime Diversos	
	1	— Conflito Jurisdição	(76)
Des. Otilio Neiva	53	— Apelações Crime	
	7	— Rec. Crime de Habeas-Corpus	
	15	— Recursos Crime Diversos	
	2	— Desaforamentos	(77)
Des. Geraldo Campos	49	— Apelações Crime	
	6	— Recursos Crime de Habeas-Corpus	
	11	— Recursos Crime Diversos	
	1	— Desaforamentos	(67)
Juiz Clodoaldo Oliveira	1	— Apelação Crime	(1)
Juiz Onevaldo Maia	9	— Apelações Crime	
	1	— Recurso Crime Diversos	(10)
Juiz Rodrigues dos Santos	3	— Apelações Crime	(3)
Total	234		
Sessões Realizadas	44		

h) Feitos julgados pela 2ª. Câmara Criminal

Des. Augusto Duque	40	— Apelações Crime	
	4	— Rec. Crime Habeas Corpus	
	5	— Rec. Crime Diversos	
	2	— Desaforamentos	
	1	— Pedido Verif. Ces. Periculosidade	(52)
Des. Duarte Lima	43	— Apelações Crime	
	5	— Rec. Crime Habeas Corpus	
	16	— Rec. Crime Diversos	
	1	— Conflito de Jurisdição	(65)
Des. Gabriel Lucena	44	— Apelações Crime	
	6	— Rec. Crime Habeas Corpus	
	8	— Rec. Crime Diversos	
	3	— Desaforamentos	
	1	— Pedido Verif. de Ces. Periculosidade	(62)
Juiz Souza Leão	9	— Apelações Crime	
	1	— Rec. Crime Habeas Corpus	
	2	— Rec. Crime Diversos	(12)
Juiz Clodoaldo Oliveira	6	— Apelações Crime	
	1	— Recurso Crime Diverso	
	1	— Desaforamento	(8)
Juiz Benildes Ribeiro	8	— Apelações Crime	
	2	— Recursos Crime Diversos	
	1	— Rec. C. Habeas Corpus	(11)
Juiz Nilson C. Leão	3	— Apelações Crime	
	1	— Recurso Crime Diverso	(4)
Juiz Francisco R. Santos	9	— Apelações Crime	
	2	— Recursos Diversos	(11)
Sessões Realizadas	43		
Total	225		

i) Feitos julgados pelas Câmaras Criminais Reunidas

Des. Augusto Duque.....	13	— Revisões Criminais	
	19	— Habeas Corpus	(32)
Des. Nelson Arruda	30	— Habeas Corpus	
	13	— Revisões Criminais	(43)
Des. Otávio Neiva.....	28	— Habeas Corpus	
	12	— Revisões Criminais	(40)
Des. Gabriel Lucena	29	— Habeas Corpus	
	17	— Revisões Criminais	

	1	– Embargos de Declaração	(47)
Des. Duarte Lima	24	– Habeas Corpus	
	16	– Revisões Criminais	(40)
Des. Geraldo Campos	25	– Habeas Corpus	
	16	– Revisões Criminais	(41)
Juiz Souza Leão	2	– Habeas Corpus	
	10	– Revisões Criminais	(12)
Juiz Clodoaldo Oliveira	5	– Habeas Corpus	
	6	– Revisões Criminais	(11)
Juiz Onevaldo Maia	2	– Revisões Criminais	(2)
Juiz Nilson Carneiro Leão	6	– Revisões Criminais	(6)
Juiz Rodrigues Santos	1	– Habeas Corpus	(1)
Juiz Souza Ribeiro	2	– Habeas Corpus	(2)
Sessões Realizadas	44		
Total	277		

j) Julgamentos por Relator

Des. Guerra Barreto.....	252	Administrativos.....	17
Des. Augusto Duque.....			90
Des. Cláudio Vasconcelos			102
Des. Ribeiro do Valle			69
Des. Feliciano Pôrto.....			104
Des. José Ferraz			77
Des. Pedro Martiniano.....			62
Des. Aderson Carvalho	1	Administrativo.....	102
Des. Nelson Arruda			130
Des. José Pessoa			1
Des. Otílio Neiva.....			123
Des. Gabriel Lucena			114
Des. Pedro Malta			75
Des. Geraldo Campos			114
Des. Duarte Lima			110
Juiz João David			49
Juiz Jeová Vanderlei.....			95
Juiz José Lopes			16
Juiz Rosa e Silva.....			16
Juiz Souza Leão.....			26
Juiz Souza Dantas			22
Juiz Aloísio Xavier.....			59
Juiz Rodrigues dos Santos.....			16
Juiz Souza Ribeiro.....			14
Juiz Clodoaldo de Oliveira.....			21

Juiz Carlos A. Marinho	18
Juiz Clemenceau Dutra	4
Juiz Carneiro Leão	10
Juiz Onevaldo Maia	13
Juiz Mauro Jordão	40
Juiz Itamar Pereira	25
SUB-TOTAL	1.734
ADMINISTRATIVOS	253
TOTAL	1.987



ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA
DATA MENCIONADA

[illegible]

Pernambuco. tribunal de Justiça
Relatório 1973

DOAÇÃO	
INSTITUIÇÃO	DATA
TYPE	09.02.04
N.º DE CHAMADA	

Pernambuco. Tribunal de Justiça

AUTOR

Relatório 1973

TÍTULO

F 341.4197(PE) P452r 1973 63-2004

Devolver em

NOME DO LEITOR

Prove que sabe honrar os seus
compromissos devolvendo com
pontualidade este livro à Biblioteca.

Pernambuco. Tribunal de Justiça
Relatório 1973

F 341.4197(PE) P452r 1973 63-2004

